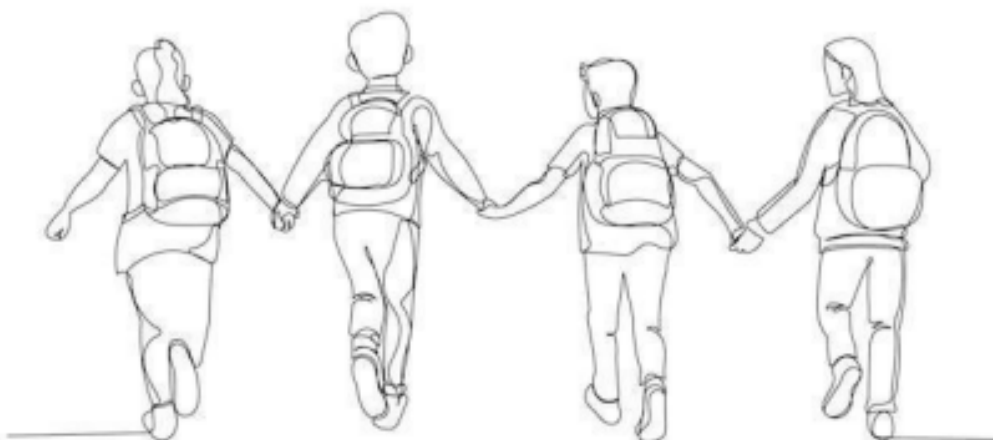


MÓDULO 0

HISTÓRIA DA COMUNIDADE CIGANA



A comunidade cigana tem origem na Índia e, após uma invasão islâmica, migrou para o médio oriente e para a Europa. No contexto europeu esta comunidade, sobretudo durante o período de guerra, foi alvo de várias perseguições, motivadas pelas suas particularidades culturais, linguísticas e religiosas.

A presença do povo cigano em Portugal, proveniente de Espanha, data a segunda metade do século XV, por volta do ano 1512.

Entre os séculos XVI e XIX, a comunidade cigana foi alvo de sucessivas políticas de repressão, que tinham como objetivo tanto a sua erradicação, parcial ou total, quanto à sua sedentarização e assimilação cultural forçada. Para além destas políticas este povo foi alvo ainda de um vasto conjunto de sanções, destacando-se o açoitamento em praça pública, a condenação dos homens ao serviço forçado, bem como o envio de indivíduos e famílias para as colónias no Brasil e em África. Além disso, foram instituídas restrições severas, como a proibição da língua cigana, as suas vestes características e as suas práticas culturais tradicionais, bem como a institucionalização de crianças para fins de instrução formal. Apesar de aplicada em apenas raras exceções a pena de morte também integrava o reportório de punições a este povo, o que evidenciava a dimensão da violência institucional exercida contra este grupo étnico.

No que diz respeito ao direito à cidadania, as pessoas ciganas só foram reconhecidas como portuguesas de pleno direito, a partir de 1822. Embora tenham chegado a Portugal no século XV, tendo sido alvo de perseguições e leis de proibição de permanência em território nacional a partir do século XVI, a sua inclusão como cidadãos ocorreu em 1822. Isto apesar do direito à cidadania portuguesa, ainda existiam leis repressivas direcionadas às comunidades ciganas.

Os ciganos constituem a maior minoria étnica da Europa e, simultaneamente, aquela que historicamente mais tem sido alvo de perseguições, preconceitos, discriminação e diversas formas de violência. Os estereótipos negativos que ainda hoje recaem sobre esta comunidade resultam, em grande parte, das práticas repressivas a que foram submetidos ao longo dos séculos. O preconceito contra a etnia cigana está, frequentemente, associado às suas atividades profissionais, bem como ao nomadismo forçado, características que têm sido reiteradamente utilizadas como fundamento para a desconfiança e a marginalização da comunidade cigana.

Atualmente, a discriminação e a exclusão continuam a ser notórias na comunidade cigana e, logo desde muito cedo. Os ciganos encontram várias dificuldades e acesso limitado a vários direitos humanos como a educação, o acesso a cuidados de saúde de qualidade e más condições de vida. A integração no mercado de trabalho também é dificultada, o que acaba por acarretar uma maior pobreza e exclusão social. (Parlamento Europeu, 2022).

A exclusão laboral como principal barreira à inclusão da comunidade cigana em Portugal.

De acordo com o testemunho de muitas pessoas ciganas portuguesas, o maior obstáculo à sua inclusão social não é a falta de escolaridade, mas sim a exclusão sistemática do mercado de trabalho. Independentemente do nível de estudos ou das competências adquiridas, a experiência repetida é a mesma: as portas do emprego permanecem fechadas.

Um jovem cigano que conclua a escolaridade obrigatória — ou até o ensino secundário — enfrenta, na prática, as mesmas dificuldades de acesso ao trabalho que alguém sem estudos. Esta realidade é tão recorrente que as próprias comunidades a reconhecem como um facto.

Por isso, a escola é, por vezes, percecionada como uma “trabalheira que não serve para nada”. Não porque a educação não seja valorizada, mas porque, na experiência vivida, o diploma não se traduz em oportunidades reais. Esta perceção não é um preconceito contra a escola: é uma constatação prática de uma exclusão persistente.

Dados que confirmam esta realidade:

Grupos	Taxa de desemprego (2021)
População cigana (15-64 anos)	63 %
População não cigana (mesma idade)	9%

Fonte: RAOS 2021, citado no Observatório das Comunidades Ciganas (2022)

Escolaridade não reduz significativamente o desemprego cigano:

Ciganos com 12.º ano completo	→	43% desempregados
Não ciganos com 12.º ano completo	→	11% desempregados

Fonte: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), Relatório Nacional sobre as Comunidades Ciganas 2021 (RAOS 2021)

Curiosidade:

Discriminação direta no recrutamento: Um estudo experimental (2020) enviou 1 200 CVs fictícios para ofertas de emprego em Lisboa e Porto.

- CVs com nome e fotografia associados a identidade cigana tiveram 68 % menos chamadas para entrevista do que CVs idênticos com nome e fotografia não ciganos.
- O efeito foi idêntico para mulheres ciganas.

Fonte: "Discriminação Étnica no Acesso ao Emprego em Portugal", Pedro C. Vicente, Nova SBE & NOVAFRICA, 2021.

Declaração oficial: O Alto Comissariado para as Migrações (2022) afirma:

"A discriminação no emprego é o principal fator de exclusão das comunidades ciganas, ultrapassando mesmo a escolarização."

Resumo em uma frase: Ter o 12.º ano reduz o risco de desemprego para um jovem não cigano em cerca de 60 %, mas para um jovem cigano essa proteção quase não existe.

De acordo com informação publicada pelo parlamento europeu e segundo o relatório Roma Integration Strategies 2019, 68% dos jovens ciganos abandonam os estudos precocemente.

Além disso, apenas 18% das crianças ciganas conseguem prosseguir para níveis mais avançados de escolaridade, enquanto 63% dos jovens não frequentam nenhum tipo de ensino, emprego ou formação profissional. No mercado de trabalho, apenas 43% atuam como trabalhadores assalariados. (Parlamento Europeu, 2022)

Esta exclusão educacional e laboral leva a que 80% dos ciganos permaneçam abaixo do limiar de pobreza. Assim, observa-se que a marginalização social e económica é, em grande parte, consequência direta das barreiras estruturais enfrentadas desde a juventude, perpetuando desigualdades e reforçando processos de discriminação.

Estes dados ajudam a compreender um fenómeno frequentemente relatado pelas próprias comunidades: a perceção de que, mesmo estudando, as oportunidades de emprego continuam a ser negadas. Para muitos jovens ciganos, a experiência concreta mostra que a escolaridade, por si só, não garante acesso ao trabalho. Assim, a escola é muitas vezes vista não como algo inútil em si, mas como um esforço que não se traduz em resultados práticos, o que fragiliza a valorização da educação formal.

Esta perceção não é fruto de desinteresse pela aprendizagem, mas sim uma resposta a barreiras estruturais persistentes, que mantêm a taxa de desemprego elevada e reforçam ciclos de exclusão social e económica.